Opinião socialista

PSTU

Ano VIII Edição 151
De 29/05 a 11/06/2003
Contribuição R$ 2,00

TODOS À BRASÍLIA DIA 11

PÁGINAS 5 E 12

TRANSGÊNICOS

GOVERNO LULA LIBERA SAFRA DE TRANSGÊNICOS

ENTENDA O QUE SÃO OS ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS E OS DANOS QUE PODEM CAUSAR

PÁGINA 11

FRANÇA

FRANÇA PÁRA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

MILHÕES SAÍRAM ÀS RUAS NOS DIAS 13 E 25 E PREPARAM A GREVE GERAL

PÁGINAS 14-15

8º CONGRESSO DA CUT

A CUT NA ENCRUZILHADA

EM SEU OITAVO CONGRESSO A CUT ESTARÁ DIANTE DE UMA ESCOLHA: SER UMA CENTRAL GOVERNISTA OU INDEPENDENTE DO GOVERNO E DOS PATRÕES. É DECISIVO UNIR A ESQUERDA DA CUT, EM DEFESA DE UMA CENTRAL DE LUTA, DEMOCRÁTICA, PELA BASE E SOCIALISTA.

PARA DERROTAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, O PROJETO NEOLIBERAL, QUE ESTÁ SENDO APLICADO PELO GOVERNO LULA, E DEFENDER OS INTERESSES DOS TRABALHADORES, A CUT PRECISA DE UMA NOVA DIREÇÃO. VEJA NO SUPLEMENTO ESPECIAL, A HISTÓRIA DA CUT E O QUE ESTARÁ EM DEBATE NESTE CONGRESSO

É preciso unir a esquerda, como em Minas Gerais

PÁGINAS 7-10

NOTAS

ASSASSINATO DE ZÉ LUIS E ROSA, NOVE ANOS DE IMPUNIDADE!

No dia 12 de junho de 1994, José Luis e Rosa Sundermann, dirigentes do **PSTU**, foram brutalmente assassinados dentro de sua casa. Este ano completa-se nove anos de impunidade, e um dos inquéritos mais longos da Justiça brasileira.

O Instituto José Luís e Rosa Sundermann insiste na necessidade de se ouvir os donos da Usina Ipiranga, suspeitos de serem mandantes do crime, um novo depoimento do Major Ricardo Souza e também chamar para depor Alexandre Titoto, membro da família proprietária da Usina, que assassinou, em fevereiro deste ano, um banqueiro na Fazenda Barra Grande, na cidade de Serrana (SP), de propriedade do seu irmão.

Para dar um impulso nas investigações, na semana em que o funcionalismo realizará uma marcha à Brasília contra a reforma da Previdência, o Instituto pretende junto com a Fasubra, entidade que José Luís foi diretor, ter uma audiência com o Ministro da Justiça, Marcio Thomas Bastos, cobrando um maior empenho da Justiça para a resolução deste caso.

EMPRESA DO VICE DE LULA DEMITE POR PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

Em Blumenau-SC, há duas empresas têxteis que aplicam o *Rodízio*. A Artex (do grupo Coteminas, do Vice Presidente da República, José Alencar) é uma delas. Recentemente, graças a uma enorme mobilização dos operários, foi aprovada lei na Câmara de Vereadores forçando os patrões a negociarem o *Rodízio* com o sindicato através de acordo coletivo. O prefeito Décio Lima (coligação PT-PPS-PSB-PTB e PMDB), também pressionado, sancionou e publicou a lei. Foi uma estupenda vitória dos trabalhadores.

Mas, há poucos dias, cinco operários da Artex foram demitidos com a desculpa de "redução de quadros". Na verdade, foram demitidos por perseguição política. No departamento de dois deles, outros operários que não estiveram na manifestação pediam para serem demitidos, mas não foram. Foram demitidos apenas os que foram da mobilização. E o presidente da Coteminas, Josué de Alencar, filho de José de Alencar, ainda teve o desplante de dizer que não se trata de perseguição política.

O Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau solicita mensagens de protestos a serem enviados para os seguintes endereços eletrônicos:

sergiopires@artex.com.br e *seebbnu@terra.com.br*

SUMÁRIO

EXPEDIENTE

***Opinião Socialista* é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64 Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: ***opiniao@pstu.org.br*** Fax: (11) 5575-6093

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Almeida, Euclides de Agrela, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

REDAÇÃO
André Valuche, Fernando Silva, João Ricardo Soares, Luiza Castelli, Mariúcha Fontana

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Alexandra Collontini, Altemir Cozer, Américo Gomes, Ana Paula Thé, Cacau, Jean-louis, Jocilene Chagas, Luciana Araújo, Marilinda da Conceição Marques Fernandes, Raed El Arabi, Rogério Marzola, Rosa Palmiro, Sirlene, Sérgio, Teresa, Yuri Fujita,

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

MARINGONI

13 DE MAIO/NÚCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR LANÇA REALIDADE ECONÔMICA UMA PUBLICAÇÃO PARA A IMPRENSA SINDICAL

Muitos responsáveis pela imprensa sindical têm solicitado artigos que tenham a mesma linha editorial da Crítica Semanal da Economia, tradicional boletim semanal do NEP 13 de Maio, mas adaptados às dimensões de espaço dos jornais ou revistas dos sindicatos e com uma linguagem mais simples

Por isso estamos lançando o Realidade Econômica. Já estamos preparando, por exemplo, uma série de artigos sobre a reforma tributária, da Previdência, do Banco Central, etc, para serem publicados exclusivamente na Realidade Econômica.

A redação da Realidade Econômica será coordenada por José Martins, redator principal da Crítica Semanal da Economia.

Realidade Econômica já está sendo editada e distribuída para diversos jornais sindicais. Faça já o seu pedido! Maiores informações sobre preços e condições de pagamento, favor telefonar para (11) 91326635 ou enviar uma mensagem para os e-mails:

critica86@hotmail.com
economia@hotmail.com

ASSINATURA

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

SEDE NACIONAL
R. Loefgreen, 909
Vila Clementino São Paulo - SP
(11) 5575.6093 *pstu@pstu.org.br*

ALAGOAS

MACEIÓ
R. Pedro Paulino, 258 - Poço
(82) 336.7798 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ
Rua Prof. Tostes, 914 - Santa Rita
(96) 9963.0775 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS
R. Emílio Moreira, 801- Altos - 14 de Janeiro - (92)234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR
R.Coqueiro de Piedade, 80 - Barris
(71)328-6729 *salvador@pstu.org.br*

ALAGOINHAS
alagoinhas@pstu.org.br

CEARÁ

FORTALEZA
fortaleza@pstu.org.br

CENTRO
Av. Carapinima, 1700 - Benfica

BARRA
Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA
Setor Comercial Sul - Quadra 2 - Ed. Jockey Club - Sala 102
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA
Av. Princesa Isabel, 15 - Ed. Martim de Freitas, 1304 -Centro

GOIÁS

GOIÂNIA
R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário -
(62)202-4905 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS
(98)276.5366 / 9965-5409 -
saoluis@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE
bh@pstu.org.br

CENTRO
Rua da Bahia, 504 - sala 603 - Centro (31)3201.0736

CENTRO - FLORESTA
Rua Tabaiares, 31 - Floresta (Estação Central do metrô)
(31)3222.3716

BARREIRO
Av. Olinto Meireles, 2196 sala 5 Praça da Via do Minério

CONTAGEM
Rua França, 532/202 - Eldorado

JUIZ DE FORA
Av. Barão do Rio Branco, 3008 - bloco C - ap. 301
(32) 9965.1240 9966.1136

UBERABA
R. Tristão de Castro, 127 -
(34)3312.5629
uberaba@pstu.org.br

PARÁ

BELÉM
belem@pstu.org.br

SÃO BRÁS
Av. Gentil Bittencourt, 2089 -
(91)259.1485 -

ICOARACI
Conjunto da COHAB, Trav. S1, nº 111- (91) 9993.5650 / 227.8869

CAMETÁ
R. Cel. Raimundo Leão, 925 Centro

PARAÍBA

JOÃO PESSOA
R. Almeida Barreto, 391 - 1º andar - Centro - (83)241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA
R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro

PERNAMBUCO

RECIFE
R. Leão Coroado, 20 - 1º andar - Boa Vista - (81)3222.2549 -
recife@pstu.org.br

PIAUÍ

TERESINA
R. Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO
rio@pstu.org.br

PRAÇA DA BANDEIRA
Tv. Dr. Araújo, 45 -
(21)2293.9689

CAMPO GRANDE
Estrada de Monteiro, 538/Casa 2

DUQUE DE CAXIAS
R. das Pedras, 66/01, Centro

NITERÓI
R. Dr. Borman, 14/301 - Centro
(21)2717.2984 *niteroi@pstu.org.br*

NOVA IGUAÇU
R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro

VOLTA REDONDA
Rua Peri, 131/2 - Eucaliptol

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
R. Dr. Heitor Carrilho, 70
Cidade Alta - (84) 201.1558

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE
R. General Portinho, 243
(51) 3286.3607 -
portoalegre@pstu.org.br

CAXIAS DO SUL
Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
(54) 9999.0002

PASSO FUNDO
XV Novembro, 1175 - Centro -
(54) 9982-0004

PELOTAS
Rua Santa Cruz, 1441 - Centro - (Próximo a Univ. Católica) (53) 9126.7673 *pelotas@pstu.org.br*

RIO GRANDE
(53) 9977.0097

SANTA MARIA
(55) 9989.0220 -
santamaria@pstu.org.br

SÃO LEOPOLDO
Rua João Neves da Fontoura,864
Centro 591.0415

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS
Rua Nestor Passos, 104 Centro
(48)225.6831 -
floripa@pstu.org.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO
saopaulo@pstu.org.br

CENTRO
R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - (11)5904.2322

ZONA LESTE
Av. São Miguel, 9697
Pça do Forró - São Miguel
(11) 6297.1955

ZONA OESTE
Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3483
Butantã - (11)3735.8052

ZONA NOROESTE
R. Filomeno Bochi Pilli, 140/5 - Freguesia de Ó (11)3978.2239

ZONA SUL
SANTO AMARO
R. Cel. Luis Barroso, 415 -
(11)5524-5293

CAMPO LIMPO
R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior

BAURU
R. Cel. José Figueiredo, 125 - Centro - (14)227.0215-
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.kit.net

CAMPINAS
R. Marechal Deodoro, 786
(19)3235.2867-
campinas@pstu.org.br

CAMPOS DO JORDÃO
Av. Frei Orestes Girard, 371 sala 6 - Bairro Abernéssia
(12)3664.2998

DIADEMA
R. dos Rubis, 359 - Centro
(11)9891-5169
diadema@pstu.org.br

EMBU DAS ARTES
Av. Rotary, 2917 sobreloja
Pq. Pirajuçara (11) 4149.5631

FRANCO DA ROCHA
R. Washington Luiz,43 -Centro

GUARULHOS
R. Miguel Romano, 17 - Centro
(11) 6441.0253

JACAREÍ
R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953.6122

LORENA
Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro

OSASCO
R. São João Batista, 125

RIBEIRÃO PRETO
R. Saldanha Marinho, 87
Centro - (16) 637.7242
ribeiraopreto@pstu.org.br

SANTO ANDRÉ
R. Adolfo Bastos, 571
Vila Bastos - (11)4427-4374

SÃO BERNARDO DO CAMPO
R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11)4339-7186 e 6832-1664
saobernardo@pstu.org.br

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br

VILA MARIA
R. Mário Galvão, 189
(12)3941.2845

ZONA SUL
Rua Brumado, 169 Vale do Sol

SOROCABA
Rua Prof. Maria de Almeida,498 - Vila Carvalho

SUZANO
Av. Mogi das Cruzes,91 - Centro
(11) 4742-9553

TAUBATÉ
Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU
Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia
aracaju@pstu.org.br

! NA INTERNET

EDITORIAL

A GENTE SENTE, DUDA MENDONÇA MENTE

Enquanto o programa do PT dizia na TV "a gente sente, o Brasil está diferente", e celebrava como grande vitória a queda do "*risco país*", o desemprego na grande São Paulo ultrapassava os 20%. No país das maravilhas de Duda Mendonça, outra prova incontestável da "mudança" mostrava como as exportações brasileiras cresceram nos 6 meses de governo Lula. Enquanto isso, o IBGE anunciava que os salários dos operários no Brasil caíram 6.3% este ano.

No "Brasil diferente" do programa do PT, os rostos de alegria estavam trocados. Pois, são os investidores estrangeiros e os banqueiros os que comemoram a queda do "*risco país* "e fazem a festa com os juros de mais de 26%, enquanto os trabalhadores sofrem com o desemprego, o arrocho salarial e os 52 milhões que se encontram na miséria não diminuiram e menos ainda zeraram sua fome.

> ENQUANTO O PT CELEBRAVA A QUEDA DO "*RISCO PAÍS*", O DESEMPREGO ULTRAPASSAVA OS 20%.

Quem está festejando o aumento das exportações são os ministros exportadores: o dono da Sadia e ministro da indústria e comércio, Luis Fernando Furlan, e o latifundiário ministro da agricultura, Roberto Rodrigues. Os debaixo não têm o que comemorar. A reforma agrária e os 10 milhões de empregos prometidos na campanha eleitoral se transformam em miragem para desempregados e sem-terras.

Ao manter e aprofundar a submissão do país ao FMI, o governo segue a lógica de todos os governos anteriores. A vida da classe trabalhadora ,de fato, vai mudar...para pior.

A reforma da previdência, o arrocho dos salários e o aumento do desemprego são consequência da política neoliberal orientada pelo FMI e da manutenção do pagamento da dívida. Apesar de todos os discursos sobre como o governo defenderá nossos interesses na Alca, o fato é que, com a Alca ou mesmo qualquer acordo de "livre comércio" (Mercosul mais EUA, Mercosul mais União Européia, nova rodada na OMC), o caminho escolhido pelo governo é o de manter e aprofundar a abertura da economia. E uma vez mais serão os trabalhadores a pagar o pato.

A única forma de defender os interesses dos trabalhadores, dos sem terras e dos pequenos camponeses é rompendo com o FMI e a Alca.

Para o Brasil ficar diferente de verdade é necessário um governo dos trabalhadores. Lula e o PT teriam que expulsar os burgueses do governo, romper com o FMI e tomar medidas para beneficiar os trabalhadores e o povo. Mas o PT não quer fazer isso. Para agradar os banqueiros, o PT quer até expulsar do partido os deputados que não aceitam a reforma do FMI.

Por emprego, salário, terra e em defesa dos seus direitos, o caminho que os trabalhadores devem trilhar é o da luta.

Na perspectiva da construção de um governo dos trabalhadores, é urgente a construção de uma alternativa ao PT, que se afirme como oposição de esquerda ao governo Lula e ao projeto neoliberal que ele está defendendo e aplicando.

Por isso, a esquerda socialista que – em minoria ainda permanece no PT- precisa romper com esse partido e com o governo É hora, de unirmos toda a esquerda - o **PSTU**, a esquerda petista, os companheiros do *Consulta Popular* e lutadores dos movimentos sociais - num novo partido. ■

FALA ZÉ MARIA

APOIAR E UNIFICAR AS LUTAS

Há inúmeras greves e mobilizações ocorrendo por todo país. Por salário, em defesa de direitos, trabalhadores diversos e diferentes setores estão entrando em greve, ou realizando manifestações.

Estão em greve os operários da construção civil em Caxias, no Rio, os operários das fábricas Imbel em Itajubá e no Rio; os trabalhadores da Santa Casa de Belo Horizonte.Os operários da Volks fizeram paralisações; os metalúrgicos dos estaleiros de Niterói, pararam por 48h contra a direção do sindicato. Com certeza, em cada estado e município lutas como essas estão ocorrendo, pois o arrocho salarial está insuportável.

Estão também em luta, e de forma generalizada, os servidores dos municípios. Há uma verdadeira onda de mobilizações e greves entre os municipais, sendo que uma parcela considerável está enfrentando prefeituras do PT, que não têm titubeado em dar "reajuste zero" e jogar a polícia contra os trabalhadores. Há greves de municipais em várias cidades de São Paulo; em Betim, Contagem e Belo Horizonte ,em Minas, nas cidades da grande Recife em Pernambuco e em muitos outros lugares.

A luta dos servidores dos municípios não enfrentam apenas um ou outro prefeito, enfrentam uma política nacional. Esta apóia-se num tripé: reforma da previdência, confisco salarial para aumentar o superávit primário e "cumprir" a Lei de Responsabilidade Fiscal e, como sub-produto da reforma previdenciária, está em ação também uma reforma administrativa. Essa política está sendo levada adiante por Lula, em aliança com governadores e prefeitos.

A essa unidade pró FMI, os servidores das três esferas precisam contrapor a sua unidade na luta contra a reforma e por reajuste de salário.

A direção da CUT, da CNTE e de várias entidades dos federais não têm movido uma palha para garantir a mobilização e para construir a unidade das três esferas na luta contra a reforma da previdência e a política de desmonte dos serviços públicos.

Pior, querem fazer "emendas" à reforma do FMI, dizendo ser possível melhorá-la.

É preciso lutar pela unidade das três esferas para **botar abaixo essa reforma**.

Dia 11 de junho, é dia de luta e de caravanas à Brasília. Todos os setores – especialmente os que estão em luta – devem ir em peso para a capital, para derrotar a reforma de Lula, dos governadores e dos prefeitos.

CULTURA

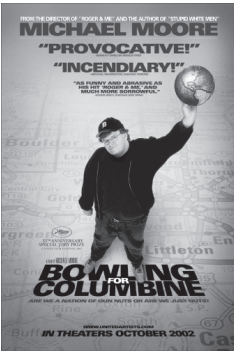
Um tiro certeiro na cultura do faroeste

ALEXANDRA COLLONTINI,
especial para o Opinião Socialista

Michael Moore, o ganhador do Oscar de melhor documentário deste ano com *Tiros em Columbine*, que usou o palco do prêmio para criticar a guerra de Bush no Iraque, é filho da operária cidade de Flint, cidade cuja economia foi arrasada pela transferência da fábrica da General Motors para o México. Quando isso ocorreu, ele já tinha uma boa história de militância estudantil, em moldes muito diferentes da que conhecemos no Brasil. Escreveu jornais e acabou fazendo o filme *Roger e Eu*, sobre a transferência da fábrica. Roger era uma referência ao presidente da empresa, que economizaria alguns míseros dólares por carro com a transferência que transformou Flint numa cidade fantasma e com índices de mortalidade infantil compatíveis com as de um país africano.

A partir de *Roger e Eu*, disponível em vídeo, Moore desenvolveu um método de realizar documentários, transmitidos em geral pela TV pública norte-americana. Se os poderosos não querem ser entrevistados, ele faz com que eles tenham, ao menos, de assumir. Também usa a câmera para pressionar os entrevistados: em *Tiros em Columbine*, durante as filmagens, uma rede de supermercados se compromete a não mais vender munição, por exemplo.

O tema de *Tiros* é o uso indiscriminado de armas de fogo pelos americanos. O ponto de partida é um massacre numa escola de classe média, em que dois amigos alvejaram amigos e professores. Moore, no decorrer da obra, defende a tese de que é possível ter tantas armas quanto os americanos (os canadenses tem 7 milhões de armas de fogo, para 10 milhões de lares), assistir a tantos filmes violentos (na França), jogar videogames mais sangüinários (Japão) e, ainda assim, ter menos vítimas fatais. Nos EUA, os assassinatos por arma de fogo chegam a 11 mil por ano, contra muito menos de mil em outros países desenvolvidos. O segredo para tanta violência interna não seria a história (alemães mataram milhões na Segunda Guerra) nem a miscigenação racial (como sugere o líder da *American Rifle Association*, o canastrão Chalton Helston), mas o medo que o homem branco norte-americano tem dos negros e da diferença: na verdade, de tudo que não conhece muito bem.

A tese de Moore é controversa, mas ele é um grande retórico — e faz um belo panfleto, a arte mais "patrulhada" dos dias de hoje. O fato é que ele representa bem aqueles que lutam contra o monstro de duas cabeças do sistema político norte-americano — uma democrata, outra republicana. E Moore luta com vontade, força e sinceridade que fazem dele um homem a ser ouvido, entre outros motivos porque chega aonde quer: denunciar não apenas o "hábito" da violência repressora e preconceituosa, mas indicar que ela está associada à exploração dos mais pobres e à riqueza de empresas como a Lookheed Martin, maior fabricante de armas - até nucleares - dos EUA, instalada, não por coincidência, em Columbine.

Atualmente, Moore prepara um filme para atrapalhar a campanha de Bush em 2004, mostrando os negócios da família texana com Bin Laden.

DIVULGAÇÃO

Em uma das cenas do filme, Moore compra munição no mercado Wall Mart, assim como fizeram os jovens autores do massacre em Columbine. Depois disso, a rede anunciou que irá deixar de vender munição.

PREVIDÊNCIA: MARKETING E ESPETÁCULO

Foto J. Freitas / Agência Brasil

Lula e os governadores entregam ao Congresso a proposta de reforma da Previdência

MARILINDA DA CONCEIÇÃO MARQUES FERNANDES,
especial para o Opinião Socialista

Os atuais administradores do poder, embalados pelos altos índices de popularidade e pelos resultados advindos do marketing e do espetáculo como meios de convencimento da opinião pública, ousam concretizar a velha reforma da Previdência.

A alardeada reforma da previdência é tema recorrente há quase uma década na cena política nacional, junto com a reforma trabalhista, tributária e do judiciário.

Colocam a "necessidade" das reformas nas instituições públicas à margem da sociedade brasileira como um todo. Isentam a iniciativa privada de toda e qualquer responsabilidade nos graves problemas vividos pelo País, e sobretudo na crise das instituições que se pretendem reformar. Como se a cobrança da dívida ativa da previdência de R$150 bilhões não fosse nada e a renúncia fiscal, que poderá chegar a R$12 bilhões em 2003, fosse insignificante (maior do que todo o gasto com os 7 milhões de aposentados e pensionistas rurais). Como se as brechas legais que favorecem a sonegação, a evasão fiscais, da ordem de 40% ao ano em relação à receita, e o estímulo aos caloteiros através do Refis fosse uma prática isenta e sem reflexos sobre a alarmante crise de números propagada.

A IDEOLOGIA NEOLIBERAL ESTÁ VIVA

Muito já foi dito sobre o fim das ideologias, contudo o discurso dos atuais gestores do poder associando o setor público, de maneira sistemática, a privilégios e a desperdícios nos comprova mais do que nunca que as ideologias estão vivas. Está em curso a sedimentação de um Estado, como mero aparelho de promoção de meios e condições ao desenvolvimento do capital e máquina de recolhimento de impostos.

Esquece-se um século de luta por um poder público promotor do bem estar da população e garantidor de ensino, saúde, previdência e as demais condições necessárias ao desenvolvimento social e econômico de uma nação.

O projeto de reforma apresentado pelo governo Lula ao Congresso mantém coerência com a continuidade dada às concepções ideológicas do governo anterior, expurgando do campo da previdência a dimensão social e considerando tão somente a dimensão econômica reduzindo-a às diretrizes gerais de reajuste estrutural da economia emitidas pelo FMI.

A REFORMA SE RESUME A REDUZIR SALÁRIOS E APOSENTADORIAS

O projeto encaminhado ao Congresso é de tal modo servil ao capital internacional que na sua mira só cabe o servidor público, desconsidera 57% da população ativa, que hoje sobrevive à margem da relação formal de trabalho e sem qualquer garantia de respeito aos direitos trabalhistas. Não há qualquer menção à possibilidade de elevação do benefício mínimo assegurado pelo atual regime. Tão pouco se propõe uma forma de reajuste para reposição das perdas dos benefícios em manutenção acima do mínimo. Nada se formula no campo da manutenção do valor do teto das aposentadorias. Não põe fim ao fator previdenciário, adotado por recomendação do FMI, para retardar e achatar os benefícios.

A reforma do governo se resume a implantar variadas reduções em salários e aposentadorias, com ampliação ou aplicação de descontos para a Previdência; e põe fim a direitos dos servidores, que não podem contar sequer com o FGTS.

CALDEIRÃO DE MALDADES

Ela reservou para os trabalhadores do serviço público um verdadeiro caldeirão de maldades. Em vez da aposentadoria ser equivalente ao valor dos proventos do final de carreira, ela será a média de todas as contribuições realizadas durante a vida laboral. Ou seja, os atuais servidores vão obter aposentadorias equivalentes a pouco mais de metade da remuneração de final de carreira, e seus pensionistas algo como 35% da sua última remuneração .

Há uma verdadeira incoerência na medida em que se mantém o custeio em 11% do salário integral. Viola o princípio da isonomia com os demais trabalhadores da iniciativa privada, que têm seu benefício calculado sobre os oito últimos anos de contribuição.

Cobrar contribuição dos inativos fere o princípio contributivo e a doutrina previdenciária. Na verdade não está em causa a implementação de um sistema mais justo e solidário, mas sim novo aumento da carga tributária.

Uma reforma do Estado, que tenha como conseqüência a desvalorização de um patrimônio da dimensão da Previdência Social, pública , solidária e universal, é sem dúvida uma reforma que empobrece e enfraquece o Brasil.

Por tudo isso, cabe a essa mesma sociedade defender uma Previdência Social, como instrumento civilizatório, que afirma como seres humanos portadores de direitos e garantias os doentes, os deficientes e os idosos e como via de promoção de redistribuição de riqueza. Nesta medida, deve-se recusar toda e qualquer proposta de reforma que reduza a natureza social da Previdência a mera questão fiscal. ■

Marilinda é advogada especializada em Direito Acidentário e Previdenciário e Consultora jurídica do SINDISPREV/RS

Professores gaúchos dizem não à reforma

Foto Cláudio Wayne

ALTEMIR COZER,
de Porto Alegre (RS)

No dia 16 de maio mais de sete mil professores ocuparam o Gigantinho e realizaram a maior assembléia desde a greve do ano 2000.

Apesar da convocatória do Sindicato (CPERs) colocar a campanha salarial no centro da pauta, o que predominou na assembléia, por imposição da base, foi o tema da reforma da Previdência.

Já no início, quando foram lidas mensagens e anunciados parlamentares presentes, a categoria mostrou que não quer a reforma ao vaiar os deputados petistas. Apenas Luciana Genro (PT) não foi vaiada.

Refletindo o sentimento existente nas escolas, a assembléia exigiu que a direção do sindicato inicie uma campanha contra a reforma e votou um calendário de luta: 30 de abril - paralisação geral e ato estadual; e 11 de junho - caravana a Brasília. Foi aprovado também que a categoria participará da greve que os servidores federais estão preparando.

Ao votar que o CPERS deve ser contra a reforma, a categoria derrotou a política vacilante da direção majoritária do sindicato.

Porém, já se passou mais de uma semana desde a Assembléia e a direção do sindicato não fez nenhum movimento para cumprir as decisões votadas pela base. Não assumiu a luta **contra a reforma da previdência** conforme foi votado. Escondendo-se na convocatória da CUT estadual, manteve o eixo da Articulação: **"não a retirada de direitos"**. Além disso, não fez nenhum material convocando a paralisação do dia 30 nas escolas. Tal postura mostra que, para ir à luta, os trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul terão que impor outras derrotas à maioria da direção do sindicato.

ILUSTRAÇÃO RICO

“Qualquer discussão que não coloque em primeiro plano a questão do endividamento público colocará pobres contra remediados”

O Opinião Socialista entrevistou Maria Lúcia Fattorelli, Auditora Fiscal da Receita Federal, Presidente da Delegacia Sindical do Unafisco em Belo Horizonte, Coordenadora do Fisco Fórum-MG e da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul, autora do documento “Mentiras e Verdades sobre a Reforma da Previdência”, que nos diz porque esta proposta de reforma deve ser rejeitada globalmente e não emendada.

A proposta de reforma da Previdência do Governo Lula vem acompanhada de uma campanha mentirosa na mídia. Quais são, na sua opinião, os pontos centrais que devem ser esclarecidos junto à população pelos que se contrapõem a tal reforma?

A reforma previdenciária proposta pelo governo é apresentada pela mídia como resultado de uma demanda social, mas, na verdade, só atende aos interesses do setor financeiro e está de acordo com o compromisso firmado na Carta de Intenções assinada pelo governo Lula com o FMI em 28/2, que antecipou com exatidão os pontos da reforma apresentados dia 30 de abril.

A propaganda oficial e a grande mídia também dizem que essa reforma é para combater privilégios, mas a Reforma afetará principalmente os servidores que ganham menos. Ao acabar com a aposentadoria integral, pelo último salário, o novo cálculo para o benefício considerará todos os recebimentos do servidor, desde o seu primeiro dia de trabalho, décadas atrás. Assim, os mais pobres, que começaram em postos menos qualificados, serão os mais prejudicados. E há a possibilidade de que os índices de correção desses salários sejam inadequados, o que pode fazer com que a aposentadoria vire pó. Esse critério é pior até mesmo que o do INSS, que considera apenas os salários da pessoa a partir de 1994, quando a pessoa está no final de carreira, geralmente com salários melhores. Sobre essa média rebaixada ainda incidirá a contribuição dos inativos (de 11%) e a redução das pensões em, no mínimo, 30%. Haverá também o fim da paridade e da integralidade, direitos duramente conquistados pelos servidores. O aumento da idade para se aposentar também penalizará os mais pobres, visto que esses geralmente entram no mercado de trabalho mais cedo. Além disso, será criada a previdência complementar para o serviço público, isto é, os recursos das contribuições previdenciárias irão para o mercado financeiro, que é extremamente instável, e em nada garante a aposentadoria do servidor.

“func”

O governo diz que o suposto déficit da previdência dos servidores públicos irá explodir nos próximos anos, e por isso é necessário se fazer essa Reforma, “para que se possa gastar mais com saúde, educação, etc”. Porém, segundo dados do próprio governo, esse “déficit” caiu drasticamente no período FHC, e irá cair a um terço do atual daqui a 30 anos!

Estes recursos não irão para a educação, saúde, ou qualquer gasto social, mas para pagar os juros da dívida. A Reforma irá gerar uma economia de R$ 11 bilhões no governo Lula, e R$ 56 bilhões nos próximos 30 anos. Porém, esse mesmo governo gasta com juros da dívida pública, apenas nos 3 primeiros meses de 2003, nada menos que R$ 45 bilhões de reais! Onde está o verdadeiro rombo: na Previdência ou na Dívida? Uma redução dos juros de 26,5% para, por exemplo, 12% ao ano, economizaria nada menos que R$ 100 bilhões anuais!

O teto de R$ 2.400 para os trabalhadores privados torna esse ataque ao funcionalismo um “benefício” para os demais trabalhadores?

Não, o único benefício será para o governo, que arrecadará mais nesse primeiro momento, pois o aumento do teto apenas aumentará de imediato as contribuições, e não as aposentadorias. Somos a favor do fim do teto para o INSS, pois o teto significa arrocho no valor dos benefícios garantidos pelo tesouro e conduz à privatização da previdência, levando as pessoas a terem de contribuir para fundos privados de pensão. O teto é um engodo. Começou em 20 salários mínimos na década de 70, depois caiu para 10, e hoje está em 7,8. A tendência é ele se igualar ao piso, pois o índice que irá reajustá-lo é o INPC, que sempre indica a menor inflação (14,7% em 2002), em total incoerência com os índices utilizados pelo governo para o reajuste, por exemplo, das tarifas públicas e da dívida dos estados (o IGP-DI, que foi de 26,4% em 2002). Desde junho do ano passado, o salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE, subiu cerca de 40%, de R$ 1.129,18 para R$ 1.557,55, já quase passando o atual teto do RGPS, de R$ 1.561,56. Porém, nesse período o INPC foi de apenas 18%, o que prova que a instituição do teto é um engodo.

“func”

Não é um erro setores e entidades do funcionalismo quererem formular emendas que remendam esta Reforma, aceitando seus pilares centrais?

Entendo que devemos lutar não apenas pela rejeição da proposta de reforma do governo, mas também pela recuperação dos direitos dos trabalhadores do setor privado já quebrados pela Reforma Previdenciária de 1998. As verdadeiras questões que devemos debater são o endividamento público e o financiamento do estado brasileiro, hoje feito, em sua maioria, pelos trabalhadores e consumidores, enquanto os verdadeiros privilegiados desse país continuam sem pagar de acordo com sua capacidade. O setor financeiro apresenta lucros que não param de subir (visto que recebem os escandalosos juros da dívida) ao mesmo tempo em que reduzem o seu pagamento de impostos. Os grandes devedores do INSS também são privilegiados pela reabertura do Refis, que, em sua primeira edição, permitiu às empresas devedoras do Fisco e do INSS renegociarem débitos acumulados em R$ 178 bilhões (mais da metade da arrecadação anual do fisco federal) para pagamento em um prazo médio de 99 anos! Enquanto um desesperado qualquer que rouba alimentos para matar a fome de sua família é condenado e permanece durante anos na prisão (ainda que devolva o fruto de seu roubo), aqueles que cometem crimes contra a ordem tributária sonegam milhões, são apanhados pela fiscalização e, mesmo assim, podem efetuar o pagamento dos impostos sonegados em condições privilegiadas e nada lhes acontece!

Sem antes discutirmos essas grandes questões, qualquer reforma apenas servirá para dividir as migalhas que sobrarem do pagamento de juros, enquanto a grande massa de recursos continuará sendo apropriada pelos verdadeiros privilegiados desse país.

O Senador Paulo Paim e outros parlamentares estão no centro desse “movimento” pró emendas. Tal articulação não defende a aposentadoria integral dos servidores, cuja quebra é o pilar fundamental da reforma. Isso não divide a luta do funcionalismo ?

É inegociável a defesa dos direitos à paridade e à integralidade, duramente conquistados pelos servidores. A instituição de previdência complementar significa a privatização do regime próprio dos servidores públicos e o enfraquecimento do Estado. Além disso a taxação dos inativos é ilegal.

Como dito antes, qualquer discussão que não coloque em primeiro plano a questão do endividamento público não servirá para atender os interesses da população, e apenas colocará pobres contra remediados, ou seja, dará a falsa impressão de que alguns trabalhadores devem perder para que outros possam ganhar. Na verdade, o setor financeiro deve perder para que todos os trabalhadores tenham acesso a uma previdência pública de qualidade, com reajustes de benefícios que preservem seu valor real e recuperem as perdas históricas que os trabalhadores do setor privado sofreram, tendo contribuído sobre o antigo teto de 20 salários mínimos e ganhando hoje benefícios miseráveis. A saída é a luta conjunta, esclarecendo a opinião pública e exigindo coerência daqueles que prometeram defender os direitos dos trabalhadores. ■

SOCIALISTAS SE REÚNEM EM SÃO PAULO E CHAMAM CONFERÊNCIA NACIONAL

Fotos de Sérgio Koei

ANDRÉ VALUCHE,
da redação

No dia 17 de maio, no Sindicato dos Químicos de São Paulo, realizou-se a Conferência de Socialistas, que reuniu mais de 180 militantes de vários partidos e movimentos.

O descontentamento com os rumos do PT e do governo Lula e a necessidade de avançar na discussão sobre que rumos a esquerda brasileira deve tomar foi o centro de todas as intervenções.

O encontro decidiu: realizar uma Conferência Nacional em dois meses; levar essa discussão para outras cidades e estados; fortalecer a luta do movimento social contra medidas do governo, do FMI e contra a Alca; enviar uma moção de apoio aos companheiros que estão sendo ameaçados de expulsão pela direção do PT.

Ao final, foi aprovada por unanimidade uma "Carta de Militantes Socialistas aos Brasileiros"

CARTA ABERTA AOS MILITANTES DA ESQUERDA SOCIALISTA BRASILEIRA

1. O temor de enfrentar os poderosos interesses econômicos e sociais responsáveis pela perpetuação do capitalismo dependente e de todas as suas mazelas tornou o governo Lula refém do capital financeiro internacional e das velhas e novas elites nacionais. Sem raio de manobra para enfrentar a dramática crise econômica legada pela malfadada administração FHC, o governo Lula jogou-se de corpo e alma no esforço de reciclar, aprofundando o padrão de acumulação neoliberal, promovendo "reformas" que atacam os direitos dos trabalhadores e aceleram o processo de reversão neocolonial. Fraudando a esperança da grande maioria do povo, o circulo vicioso que caracteriza a história brasileira se repete: nos momentos de crise do capitalismo, as classes dominantes promovem a socialização dos prejuízos; na bonança, garantem a privatização dos benefícios.

2. O processo de intimidação e caça às bruxas desencadeado pela direção do Partido dos Trabalhadores contra os parlamentares que resistem à capitulação e o esforço desesperado de bloquear o debate público sobre o caráter das "reformas" impostas pelo FMI revelam de maneira inequívoca que o campo majoritário renunciou a qualquer projeto de transformação da ordem para fazer do PT um partido de defesa da ordem com todos os seus cacoetes. A metamorfose do PT em um partido convencional tem sérias conseqüências para o futuro da Nação.

3. Sem forças políticas fortes e aguerridas capazes de refrear a sanha de negócios do capital, os efeitos destrutivos das políticas neoliberais serão ainda maiores, aprofundando a barbárie que avança dia a dia. A complexa conjuntura política gerada pelo inaceitável conservadorismo do governo Lula e pela radical guinada à direita da direção do Partido dos Trabalhadores reclama a constituição de uma oposição de esquerda ao governo e coloca grandes desafios para a esquerda brasileira.

4. É tarefa prioritária de todos os militantes socialistas: esclarecer a população sobre o desvio de rota do governo Lula e resistir com unhas e dentes ao avanço da ordem neoliberal. No entanto, sem alternativas que abram novos horizontes para os brasileiros, a resistência é inglória, uma vez que fadada à derrota. É, portanto, urgente construir uma referência política que ofereça à sociedade um projeto de mudanças estruturais capaz de resolver os problemas da grande maioria da população.

5. Preocupados em responder os desafios colocados pelo delicado momento histórico, os companheiros e companheiras reunidos em São Paulo clamam por uma grande conferência nacional que reúna todos os militantes comprometidos com o combate ao neoliberalismo e a construção do socialismo no Brasil para discutir as tarefas da revolução brasileira e os desafios da esquerda.

CONFERÊNCIA DE SOCIALISTAS
São Paulo, 17 de maio de 2003

"O encontro reuniu um conjunto expressivo de companheiros que crêem na libertação da classe trabalhadora e no socialismo. O novo governo segue na senda neoliberal e se propõe realizar as "reformas" que a burguesia e seus representantes não conseguiram. Inclusive, ameaçando lideranças do próprio partido que apenas exigem coerência e fidelidade programática.

Nesse quadro, que vem provocando um brutal mal estar e inquietações, temos a responsabilidade de construir um movimento que permita à classe trabalhadora derrotar o neoliberalismo e resgatar o projeto do socialismo. A reunião do dia 17 representa um primeiro e importante passo nessa direção.

ANTONIO LUIZ ANDRADE (TATO) Diretor do ANDES-SN

"Foi um primeiro momento, organizado, de rebeldia de parte das bases do PT e outros movimentos de luta, em relação à política de aprofundamento do neoliberalismo herdado da era FHC. Outros momentos deverão ocorrer, por diversas iniciativas. O mais importante é fazer repercutir as decisões da Conferência, organizar encontros regionais para discussões sobre o momento que estamos experimentando e avançar o movimento de luta dos trabalhadores."

ALBERTÃO, vereador PT Guarulhos

"A Conferência foi muito positiva. A tarefa de todos, agora, é dar divulgação à carta e preparar uma grande Conferência Nacional."

ZÉ MARIA, da Executiva da CUT e do **PSTU**

"A Conferência de Socialistas atingiu seu objetivo. Convocada para criar um primeiro espaço coletivo de avaliação dos rumos da política brasileira, agora na era Lula, (..) o encontro reuniu companheiros de vários partidos e movimentos que não tiveram problemas para expor suas preocupações com os rumos do governo e o futuro para o povo brasileiro. Unanimemente, a compreensão dos presentes é que há um desvio de rumos na política do PT no governo; que essa política aprofunda o modelo neoliberal; que as reformas se dão contra os interesses dos trabalhadores e do povo, favorecendo o capital e levando o país para um neocolonialismo inaceitável. Uma constatação - talvez a mais importante do encontro - é que se trata de uma política que marcha na contramão das esperanças do povo, pois este votou por profundas mudanças estruturais (..) Não havendo mudanças na política econômica deste governo, implicará que ele, apoiado pela corrente majoritária do PT, terá se rendido ao "canto da sereia" do capital, renunciando ao seu compromisso histórico de construir um país onde a justiça social seja o seu principal pilar de sustentação(…)."

WALDEMAR ROSSI, da Pastoral Operária

"Representou uma importante iniciativa para o início da construção de uma nova alternativa política. Há algum tempo o cenário político brasileiro já estava exigindo a sua construção. Com a eleição de Lula, em quem muitos ainda acreditaram e trabalharam com a expectativa de que a esperança vencesse o medo, a situação se agravou. Como já demonstravam os documentos de campanha e os compromissos assumidos com o BIRD-FMI, o atual governo e o PT, com uma velocidade assustadora, vem repetindo e aprofundando a política de FHC. Assim, a construção de uma alternativa política que tenha no horizonte a busca do socialismo e os interesses da nação brasileira é fundamental para que as transformações esperadas pelo povo tenham alguma possibilidade de serem concretizadas. Cabe agora a todos os que acreditam que o sonho ainda não acabou a tarefa de torná-lo realidade."

JOSÉ DOMINGUES DE GODOI FILHO, diretor do ANDES-SN

1983 2003 A CUT NA ENCRUZILHADA

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

Vinte anos após sua fundação, estará acontecendo o 8º Congresso da CUT, que poderá vir a ser tristemente lembrado como aquele em que ocorreu um salto de qualidade na adaptação da central a institucionalidade, fazendo a nossa CUT assumir um caráter governista.

Em agosto de 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores. Seu congresso de fundação reuniu 5.054 delegados, nos estúdios Vera Cruz, em São Bernardo do Campo. A CUT foi o fruto do enorme ascenso das lutas dos trabalhadores que comovia o país, particularmente das poderosas greves do ABC em 1978, 79 e 80.

Quem esteve presente neste e no primero congresso, em 1984, lembra-se do clima apaixonado e acalorado que envolvia todas as discussões. Além da plenária geral que deliberava sobre tudo, os grupos de trabalho prolongavam-se até altas horas da madrugada, em intensos debates, mesmo com o frio cortante daquele inverno.

No final dos debates, a maioria dos delegados dormia ali mesmo, num alojamento improvisado. Havia muita ansiedade e expectativa. Afinal, ali estava se fazendo história: mudava-se o movimento sindical brasileiro. No final da ditadura militar, aqueles sindicalistas – de oposição à pelegada - desafiavam a lei e criavam uma central sindical autônoma, independente, classista, democrática, de luta e de caráter socialista.

Hoje, vinte anos depois, estará acontecendo o 8º Congresso da CUT, que poderá vir a ser tristemente lembrado como aquele em que ocorreu um salto de qualidade na adaptação da central a institucionalidade, fazendo a nossa CUT assumir um caráter governista e "chapa branca".

Se depender da Articulação Sindical isso certamente ocorrerá. O texto base de sua tese não se posiciona sobre a reforma da Previdência, o salário mínimo, o aumento da taxa de juros, superávit primário e menos ainda defende o Não Pagamento da Divida Externa e Ruptura do acordo da ALCA.

Enquanto isso, a direção majoritária da CUT se pronuncia a favor da participação no CDES; critica de forma contida o aumento dos juros, se cala sobre o superávit primário; declara que 240 reais é um valor *"razoável"* para o salário mínimo; considera *"criativa"* a proposta de reajuste de 1% com abono de R$ 60 para o funcionalismo e assinala *"diferenças pontuais"* com a reforma da previdência.

Enfim, apóia globalmente a política do atual governo. O pior é que esta *"domesticação"* se dá quando o atual governo está aplicando de maneira aprofundada o projeto neoliberal exigido pelo FMI.

A expressão máxima deste processo de domesticação é a indicação, feita por Lula, de Luís Marinho para presidente da CUT. Homem de confiança do Presidente, Marinho é conhecido por ser ardoroso defensor das políticas de parceria com os empresários e multinacionais, da flexibilização dos direitos trabalhistas, banco de horas, redução de salários e terceirização.

Esta realidade impõe a necessidade de construção de uma alternativa de direção na CUT, que organize e impulsione a luta pela manutenção e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, pela ruptura com o FMI e a ALCA, pelo não pagamento das dívidas externa e interna, contra os pactos sociais e que aponte como perspectiva a luta por superar a exploração capitalista e por uma sociedade socialista.

Neste sentido, a responsabilidade das correntes de esquerda cutistas neste momento é imensa. Está em xeque tudo que foi construído nos últimos 20 anos no movimento sindical.

É fundamental unir a esquerda e constituir um Bloco que se afirme como alternativa de luta, classista, pela base e socialista perante o projeto da Articulação Sindical, que possa atuar no congresso e no dia a dia da central, em defesa dos interesses dos trabalhadores e da CUT combativa que fundamos em 1983.

Lula discursa durante Conclat.

AOS 20 ANOS,
GOVERNIS

A história da CUT

JOCILENE CHAGAS
De São José dos Campos (SP)

1983 - CLASSISTA, DE LUTA E SOCIALISTA

Embalada pelas grandes greves que ocorreram no final da década de 70 e início dos anos 80, nasceu a CUT. O Congresso de fundação daquela que se tornaria a maior central de trabalhadores da América Latina ocorreu entre os dias 26 e 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. Participaram 5.054 delegados, representando 911 sindicatos, que elegeu uma coordenação provisória para dirigir a entidade até o 1° Concut, que se realizaria no ano seguinte.

1984 - DEMOCRÁTICA E PELA BASE

Com 5.260 delegados, é realizado entre os 24 e 26 de agosto de 1984, o 1° Congresso Nacional da CUT, com representantes de todos os estados.

Jair Meneguelli, metalúrgico do ABC na época - hoje presidente do Conselho Nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria) - foi eleito presidente e dirigiu a entidade por 11 anos.

Entre as principais reivindicações dos trabalhadores estavam redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, reajuste trimestral; estabilidade no emprego; salário desemprego e reforma agrária sob controle dos trabalhadores.

Foram realizadas centenas de greves e várias conquistas foram obtidas no ano de 1985. Foram cerca de 900 greves feitas por quase 7 milhões de trabalhadores em todo o país. Isso mudou a face do sindicalismo brasileiro, tendo como papel fundamental a Central Única dos Trabalhadores.

O ascenso do movimento sindical levou a CUT a crescer de forma acelerada. Foram criadas CUT's regionais e houve grandes vitórias na disputa com a pelegada.

O que estará em debate

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

O tema central que deve cruzar todo o debate neste CONCUT será a relação da CUT com o governo Lula. A ascensão de um governo de coalizão de classes, mas chefiado pelo Partido dos Trabalhadores e pela mesma corrente política que é majoritária na direção da nossa central, coloca a CUT frente ao dilema de ser ou não ser "governo", de preservar ou não a autonomia e independência frente ao governo.

A maioria da direção da nossa Central diz que esse é o nosso governo, que ele tem que dar certo sob pena de desmoralizar toda a esquerda por muitos e muitos anos. Que esse governo estaria em disputa. Sob essas premissas tentam evitar a mobilização dos trabalhadores ou, quando inevitáveis, transformá-las em "apoio às mudanças".

É mais grave ainda essa contradição que se coloca para a CUT, na medida em que o governo Lula optou por manter e aprofundar a aplicação do modelo neoliberal de FHC: mantém os acordos com o FMI, o pagamento da dívida externa e a continuidade das negociações da ALCA.

Transformar a CUT em braço sindical do governo, em uma Central "chapa branca", colocaria a CUT na trincheira oposta à daqueles que lutam hoje contra a Reforma da Previdência, contra a ALCA, contra os acordos com o FMI, por salário, emprego, terra e direitos.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA VAI POLARIZAR

A luta contra a reforma da previdência é a expressão mais visível desta contradição, neste momento. A reforma proposta pelo governo Lula é a reforma encomendada pelo FMI, elimina direitos históricos dos trabalhadores e abre caminho para a privatização da previdência pública, com os fundos de pensão. Depois de titubear durante toda a primeira fase desse debate, chegando a dizer que essa era a refor-

1986 - NÃO AO PACTO SOCIAL, A GREVE É A NOSSA ARMA

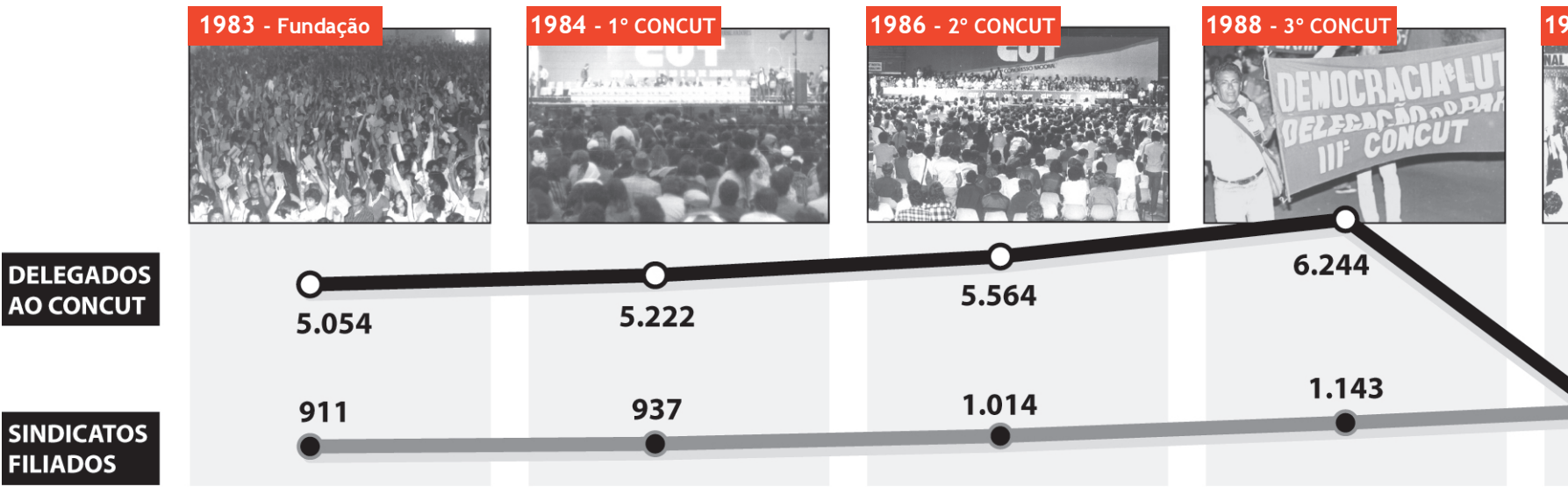
O 2° Concut foi realizado entre 31 de julho a 3 de agosto de 1986, no Maracanazinho, Rio de Janeiro. O ponto central dos debates na Central foi o contrato coletivo de trabalho.

Neste mesmo ano, a CUT organizou a primeira greve geral de sua história. O alvo foi o Plano Cruzado 2, implantado pelo então presidente José Sarney. A greve consegue mobilizar cerca de 20 milhões de trabalhadores.

A proposta de pacto social feito pelo governo Sarney é rechaçada pela CUT, que defendendo a origem de classe respondeu: "não há pacto social entre desiguais".

1988 - O MAIOR CONGRESSO DA CUT

Em setembro de 1988, no mineirinho, em Belo Horizonte, é realizado o 3° Concut, o maior da história da Central em número de delegados. Foram 6.244 trabalhadores, representando 1.143 entidades. Jair Meneguelli é eleito para o terceiro mandato. Este Congresso, refletindo o enorme ascenso das lutas que havia então, derrota a política da Articulação e impõe um calendário de lutas. Esse tremendo ascenso culminará com a realização da maior greve geral da história do Brasil no primeiro semestre de 1989. No entanto, a Articulação impõe o primeiro golpe à democracia da Central, acaba com os Congressos anuais e aprova um funil para eleição dos delegados aos próximos Congressos.

A CENTRAL CRESCE, OS CONGRESSOS DIMINUEM

, A CUT DIANTE DE UMA ESCOLHA:
SMO OU INDEPENDÊNCIA

ma que a CUT sempre havia defendido, agora a direção da CUT que apresentar emendas à essa reforma privatizante.

Não há como "reformar a reforma" dado que a sua essência é atender aos critérios do mercado e do FMI, acabando com o modelo de repartição para impor o de capitalização.. Tentar reformá-la, mexer simplesmente em pontos como cobrança dos inativos, por exemplo, não retira dela a sua essência contrária aos interesses dos trabalhadores. A CUT precisa lutar contra a reforma na sua totalidade, deve exigir do governo a sua retirada do Congresso Nacional, e exigir dos deputados que rejeitem globalmente a proposta apresentada pelo governo. Para isso deve esclarecer e mobilizar os trabalhadores, do setor público e privado, pois só a luta poderá impedir a aprovação dessa reforma.

ALCA, DÍVIDA E FMI

Também a luta contra a ALCA e a exigência para que o governo convoque um plebiscito oficial para que o povo decida pela retirada do nosso país dessas negociações será outra expressão dessa contradição. A direção da CUT, ainda que de forma tímida ,apoiou a realização do plebiscito no ano passado, agora diz que exigir um plebiscito oficial ou a retirada do Brasil das negociações seria um ataque ao governo Lula. Ora exigir a convocação do plebiscito oficial e a retirada do Brasil das negociações é um ataque à ALCA e aos interesses do governo dos EUA. Só transforma-se em ataque ao governo Lula ,porque ele quer continuar nas negociações ao invés de rejeitar a ALCA e chamar o povo a decidir sobre o assunto. O mesmo acaba acontecendo com a questão da dívida externa e dos acordos com o FMI. A CUT vai dar continuidade à sua luta pela suspensão do pagamento da dívida e pela ruptura dos acordos com o FMI, porque como dizíamos todos nós antes "não há possibilidade nenhuma de resolver os problemas sociais do país enquanto permanecer essa subordinação aos interesses"? Ou vai abandonar essas bandeiras porque "levariam ao confronto com o governo Lula, que quer continuar pagando a dívida e obedecendo aos acordos com o FMI"?

PACTO SOCIAL, ALIANÇA COM A BURGUESIA E FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS

Essa mesma contradição vai estar presente nos debates que devem ocorrer acerca da Reforma Trabalhista, e outros temas importantes do Congresso. Na verdade o problema de fundo é que Lula e o PT, ao optarem pela aliança com setores fundamentais da burguesia brasileira e por submeterem-se ao FMI acabam governando contra os trabalhadores, e o papel dos movimentos sociais é o de lutar contra as políticas desse governo.

É o de exigir **que o governo rompa com a ALCA e o FMI, que Lula e o PT rompam com a burguesia e venham governar com os trabalhadores para mudar o país.**

Ao adotar uma posição oposta à essa, a maioria da direção da CUT sacrifica a independência da Central, seja participando de órgãos como o CDES, seja afastando-se das lutas dos trabalhadores, para apoiar o governo. Resistir contra essa política, derrotá-la na base da nossa Central é o desafio que se coloca para todos aqueles que querem uma CUT de luta, de classe, em defesa dos interesses dos trabalhadores.

1991 - FUNIL DA ARTICULAÇÃO SOLAPA A DEMOCRACIA

rescem as divergências internas dentro da Central. O 4º Concut, realizado em São Paulo m 1991, foi um marco no início do processo de burocratização da CUT. Com o funil provado pela Articulação em 1988 para se eleger delegados, participam apenas 1.554 abalhadores, de 1300 entidades.

oposição que tinha mais metade do Congresso consegue aprovar a proposta da roporcionalidade qualificada, mas uma manobra da Articulação manteve a situação nterior, ou seja a chapa vencedora, independente do percentual escolhe todos os argos e é preciso atingir determinado percentual para fazer parte da diretoria.

s CUT's regionais são desativadas e Meneguelli vai para o quarto mandato.

1994 - PRIORIDADE À NEGOCIAÇÃO E NÃO À LUTAS

Após uma década de sua fundação é realizado o 5º Concut, em maio de 1994. O número de delegados teve um crescimento pífio, foi de 1554 do último congresso para 1918, mas quase 1000 sindicatos se filiaram à Central neste período.

Após 11 anos a frente da entidade sai Meneguelli, e Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, é eleito.

A CUT neste período já está num processo de priorizar a "negociação" e a parceria com a patronal, através da implantação das Câmara Setoriais, política adotada pela Articulação, principalmente no ABC. Os dirigentes da CUT mudam o discurso e passam a priorizar a luta institucional e a conciliação, inclusive, com o governo. Maior expressão disso, foi a contemporização com a desautorização da greve dos petroleiros feita por Lula e a política da Central de deixá-la isolada. Com isso, a greve dos petroleiros de 32 dias sofre uma grande derrota, levando todo o movimento a um processo de refluxo.Vicentinho, além de tudo, aceita negociar a reforma da Previdência de FHC.

1997 - OPOSIÇÃO BATE FORTE NA "NEGOCIAÇÃO" DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE FHC

Em 1997, no 6º Concut, realizado em São Paulo, Vicentinho foi reeleito, e a CUT foi pendendo cada vez mais para o campo da parceria com a patronal.

A participação de Vicentinho na negociação da reforma da Previdência com Fernando Henrique indicou o rumo, sem volta, da política da Articulação. Vicentinho foi ao encontro com FHC e concordou que era possível negociar a mudança do tempo de serviço pelo tempo de contribuição. Essa postura foi duramente criticada pela oposição no 6º Concut. O Congresso aprovou uma ampla campanha contra as reformas de FHC. Pressionada, a CUT aprovou uma greve geral, mas efetivamente não impulsionou a mobilização.

2000 - FORA FHC

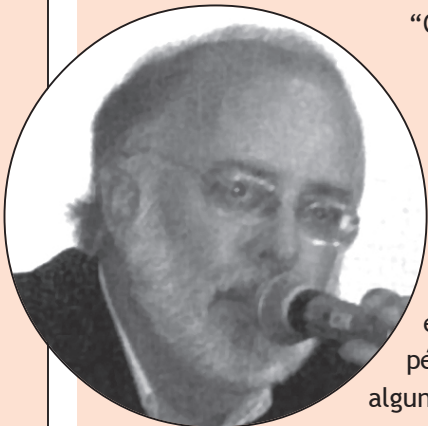
O último Concut aconteceu em 2000, em Serra Negra (SP) marcado por divisões dentro da própria Articulação, refletindo o processo de esquerdização do movimento e início das lutas. Isso possibilitou a aprovação do "Fora FHC", cuja proposta foi apresentada pela oposição.

O dirigente da Apeoesp João Felício foi eleito presidente da Central

UNIR A ESQUERDA EM DEFESA DE UMA CUT DE LUTA E INDEPENDENTE

IMPORTANTES DIRIGENTES FALAM DA NECESSIDADE DA UNIÃO DA ESQUERDA NA CUT PARA LUTAR CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E PELA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA DA CENTRAL

LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS

Professor da Universidade Federal de Pelotas - UFPel e Presidente do ANDES-SN

"O VIII CONCUT realizar-se-á em momento decisivo para a definição da trajetória futura da CUT. Pela primeira vez na história do país, existe um governo com participação de setores importantes do sindicalismo brasileiro. E governos desse tipo - independentemente da avaliação que se possa fazer sobre seu comportamento - são justamente os que costumam significar para os sindicatos os maiores riscos de cooptação. Foi assim em inúmeras experiências da social-democracia européia, foi assim na Argentina peronista, apenas para citar alguns casos mais óbvios.

Infelizmente, temos hoje na CUT uma candidatura lançada pelo Presidente da República, o que é, por si só, incompatível com qualquer concepção defensável de autonomia sindical. Não é um fato isolado: há inúmeros episódios que demonstram a ferrenha resistência, por parte da direita cutista, a qualquer mobilização que possa ser vista como enfrentamento contra o governo, mesmo em questões que atingem diretamente direitos dos trabalhadores e nas quais o oficialismo atual se conduz de forma abertamente contrária ao discurso, valores e práticas que o levaram ao poder. Talvez o melhor exemplo disso, mas certamente não o único, seja hoje a Reforma da Previdência.

Neste contexto, cabe ao conjunto das forças de esquerda da Central a imperiosa responsabilidade histórica de superar antigas divergências, unindo-se para evitar que a maior organização dos trabalhadores brasileiros se transforme definitivamente em instrumento de peleguismo e de submissão ao Estado."

VALMIR BRÁS DE SOUZA

Coordenador SINDPREV-SC, trabalha há 25 anos no INSS e é representante de Santa Catarina na Coordenação Nacional dos Servidores Federais

"Chamamos todas as correntes de esquerda da CUT a compormos um bloco que mantenha a independência política e sindical em relação ao governo Lula e afirme com veemência a luta dos trabalhadores do setor público e privado, contra a reforma da previdência e em defesa das bandeiras históricas da nossa classe."

SILVIO DE SOUZA

Secretário Geral de Organização da Apeoesp e militante da Opção Socialista

"O movimento sindical brasileiro vive um momento histórico e de definições. As condições em que a classe trabalhadora travará suas lutas por melhores condições de vida e de trabalho, assim como a luta contra o desemprego, o subemprego, a reforma da previdência, a flexibilização da CLT, o pagamento das dívidas e a implantação da ALCA estarão na ordem do dia.

Uma central autônoma, independente, de luta, classista e socialista será imprescindível para a defesa de nossas conquistas e bandeiras. Dessa forma o 8º CONCUT ganha importância vital para a organização e resistência da classe e a unidade da esquerda cutista é condição *sine qua non* no embate ao projeto adesista da Articulação."

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA (ZÉ MARIA)

*Metalúrgico, membro da atual Executiva Nacional da CUT, do **MTS** e do **PSTU***

"A questão da unidade da esquerda é mais um debate que vai cruzar todo o CONCUT.

Como podemos organizar a resistência dentro da Central contra as políticas da Articulação Sindical? Como podemos apresentar à base da nossa Central e a toda sociedade uma outra política, uma outra cara, que resgate a CUT de luta, classista, e independente que fundamos em 83? Uma CUT que seja um instrumento para as lutas dos trabalhadores contra a exploração, em defesa de seus interesses imediatos e históricos, e não um braço sindical do governo Lula.

Nós acreditamos que o quadro político do país e o quadro interno da nossa Central clama pela unidade da esquerda, em torno à uma plataforma que resgate as tradições da nossa CUT. Uma plataforma que materialize uma unidade para o CONCUT - com uma chapa que unifique toda a esquerda - e para o pós-congresso, que permita levar à base da CUT uma alternativa distinta dessa que a Articulação Sindical está preparando.

O chamado que estamos fazendo, portanto, à unidade da esquerda da CUT, tem esse conteúdo. Trata-se de uma obrigação de todos nós frente às nossas bases, para apontarmos uma alternativa para a continuidade da luta em defesa de uma sociedade justa, igualitária e socialista.

EVITAR A EXCLUSÃO DE SETORES DA ESQUERDA

A Articulação Sindical, por outro lado, vem dando sinais de que não aceitará a reedição do procedimento presente em congressos anteriores, que permitiu a aplicação da chamada proporcionalidade direta para composição da direção da Central, através do qual as chapas garantiam representação na Executiva Nacional mesmo não alcançando o mínimo de 20% ou 10% dos votos no Congresso. Não é segredo para ninguém que a exclusão de militantes do **PSTU** e de alguns setores da esquerda do PT da Executiva Nacional da Central deixaria muito felizes dirigentes do setor majoritário da CUT.

A unidade da esquerda eliminaria também, portanto, o risco ou possibilidade de exclusão antidemocrática da direção da CUT, daqueles setores que são mais críticos ao governo e à direção da Central."

Minas Gerais vai coletar 2,6 milhões de assinaturas

CACAU,
de Belo Horizonte (MG)

Dias 24 e 25 de maio, 440 delegados participaram do 3° Encontro Estadual de Formadores. Nele foi lançada a cartilha "Guerra e Alca - A Recolonização Imperialista" e debatida a continuidade da campanha contra a Alca.

Os delegados fizeram contribuições e críticas à cartilha. E definiram o objetivo de coletar 2,6 milhões de assinaturas no estado, para o abaixo assinado pelo plebiscito oficial.

Zé Maria, do **PSTU**, e os deputados federais Sérgio Miranda (PCdoB/MG) e Luis Eduardo Greenhalgh (PT/SP) debateram "As perspectivas da campanha contra a Alca no governo Lula".

A polarização se deu entre Zé Maria e Greenhalgh, que defendeu o governo Lula e destacou a área internacional como onde se deu os maiores e melhores passos nesse início de governo. Como exemplo citou a sustentação ao governo Chavez, da Venezuela, a posição frente à guerra no Iraque e - pasmem! - a defesa da entrada de Cuba nas negociações da Alca. Para ele, a capacidade de negociação demonstrada pelo governo, será muito útil para atrasar a implantação da Alca.

Zé Maria disse que a continuidade das negociações da Alca pelo governo é parte da estratégia de rendição do governo petista ao modelo neoliberal. Atacou a política de geração de superávits fiscais e do balanço de pagamentos como via de acumulação para reverter a crise econômica. Demonstrou que a quebra de barreiras comerciais não implicam em benefício para a população, pois são as multinacionais instaladas em cada país dependente que obtêm lucros nas transações entre os países. "O problema está no modelo neoliberal e na lógica da acumulação capitalista. Não existe espaço para os países pobres se beneficiarem desses acordos econômicos", disse ele.

No segundo dia, o debate "Alca e OMC; guerra e militarização", teve a presença do professor Valério Arcary, do **PSTU**, e do jornalista Altamiro, do PCdoB. Altamiro defendeu o Mercosul e a negociação 4+1 (os quatro países do Mercosul versus os EUA) como via para contrabalançar o poder imperialista. Valério destacou a impossibilidade de uma negociação soberana. Disse que o caminho para a Alca só será barrado com a mobilização popular, pois o governo Lula, mesmo com todos os instrumentos à mão, continua se negando a chamar um plebiscito oficial e suspender as negociações.

Ficou demonstrado que há na campanha contra a Alca militantes de vários movimentos sociais dispostos a mobilizar os comitês. Para Israel Pinheiro, militante do **PSTU** e membro da Coordenação da Campanha, "Apesar de alguns setores não terem jogado peso no evento, este foi um sucesso, devido à consciência antiimperialista dos ativistas do movimento. O **PSTU** se fez presente com mais de cem militantes de várias regiões do estado e da capital."

O GOVERNO LULA E OS TRANSGÊNICOS

ANA PAULA THÉ,
de São Paulo (SP)

O governo Lula anunciou a Medida Provisória que libera até 2004 a comercialização da soja transgênica produzida ilegalmente no Rio Grande do Sul. Este ato do governo contraria a legislação brasileira, que considera crime a comercialização de alimentos transgênicos em território nacional.

O governo de FHC também editou medidas parecidas. Mas, em se tratando do governo Lula, ela veio como um golpe e foi recebida com grande decepção por aqueles que dependem da agricultura familiar para sobreviver e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A indignação se estende entre muitos pesquisadores na área de agronomia e ecologia, tanto no Brasil como no exterior, já que pesam sobre os transgênicos graves considerações do risco que oferecem a saúde pública e ambiental.

O QUE SÃO OS TRANSGÊNICOS? E QUE DANOS PODEM CAUSAR?

Os transgênicos são quaisquer seres vivos (um microorganismo, uma planta ou um animal) que tenham suas características genéticas modificadas pelo homem, com o objetivo de "melhorar" a capacidade de se adaptarem ao ambiente em que vivem.

Quando produzidas pelas grandes indústrias agrícolas e de alimentos, as sementes transgênicas são criadas para se tornarem mais produtivas e mais competitivas do que as sementes naturais. Por isso são sementes específicas para sistemas de plantio voltados para a monocultura de grandes latifúndios.

Ainda não se sabe quais são os efeitos destes alimentos sobre a população humana, porque sua produção para o consumo humano ainda é recente (menos de 10 anos) e ainda não foram feitos testes suficientes para permitir dizer com segurança que estes alimentos são inofensivos ao homem. Pesquisas nos EUA apontam para a possibilidade de alimentos transgênicos causarem alergias e até câncer de mama. A desconfiança é tão grande que na China e nos países da Europa estão em curso um cronograma de restrições progressivas aos transgênicos.

Estas "supersementes", são altamente resistentes a pesticidas e pragas e por isso são mais competitivas que sementes naturais, podendo assim causar a extinção de variedades naturais de vários tipos de alimentos. Aumentando assim a monocultura, condenando o homem a viver exclusivamente deste tipo de cultivo.

Ainda, por terem genes pesticidas em seus materiais genéticos, são altamente nocivas não somente a possíveis pragas, mas também a outras espécies que não são prejudiciais as plantações, como o caso descoberto nos EUA das borboletas *Monarca*, que morrem devido a pesticidas presentes no milho transgênico.

O problema mais importante é que o país atrela totalmente sua produção de alimentos nas mãos das grandes transnacionais, como a Monsanto, principal interessada na legalização da produção, comercialização e do consumo de transgênicos.

A Monsanto já controla toda a soja produzida nos EUA e na Argentina, obrigando os agricultores destes países a pagarem a patente de suas sementes transgênicas e proibindo estes de fazerem usos dos grãos para o replantio, exigindo a cada safra a compra de novas sementes.

A LIBERAÇÃO DE TRASGÊNICOS E O COMBATE A FOME

O que realmente interessa a classe trabalhadora e, principalmente, aos pequenos produtores rurais e ao MST é a questão da monocultura. Os transgênicos só existem para servir a produção do grande latifúndio que produz para exportar e não interessam como sistema de produção de alimentos.

É a manutenção do velho modelo das agroindústrias de concentração de terras, que não gera empregos em níveis suficientes, que prejudica o ambiente e que não produz alimentos, mas sim produtos de exportação que vão servir de ração, como é o caso da soja.

Enquanto os latifundiários vinculados ao agronegócio, como o ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, são agraciados com a liberação dos transgênicos, o governo Lula diminui o ritmo dos assentamentos.

Nenhum "Fome Zero" acabará com a fome neste país. Somente o incentivo a produção de alimentos com a reforma agrária pode acabar com a fome. Mas o governo parece estar mais preocupado com a balança comercial do país, e quer exportar soja às custas do aumento do desemprego e da miséria no campo. ■

FOTO CARLA COLONIESE

Agricultores queimam plantação da Monsanto

A semente *Terminator*

A Mosanto não conhece limites em sua ganância. Esta empresa, para evitar que agricultores utilizassem os grãos semeados para o replantio, criou uma semente transgênica chamada *Terminator* que tem no seu material genético genes que estimulam a esterilidade dos grãos, impedindo ao agricultor realizar uma segunda germinação de um mesmo lote de sementes.

Construir um dia 11 massivo em Brasília contra a reforma

FOTO WLADIMIR DE SOUZA

Mais de 10 mil nas ruas de São Paulo no dia 15

LUCIANA ARAÚJO, de São Paulo (SP)

No último dia 15, as manifestações contra a reforma da Previdência do governo Lula levaram mais de dez mil pessoas às ruas da cidade de São Paulo. Os trabalhadores do Judiciário se concentraram em frente ao fórum Pedro Lessa e, por volta das 15h, se uniram aos cerca de quatro mil professores estaduais, que estavam em assembléia no Masp. Estudantes e trabalhadores de outras categorias também se uniram aos professores aí.

Mais de cinco mil tomaram a Avenida Paulista e depois a rua da Consolação, até a Praça da República. Animados, os manifestantes gritavam ***"Lula, tenha decência, não privatize a previdência"*** e ***"Lula, que traição, essa reforma ataca a educação".*** Outra passeata com mais de 6 mil trabalhadores da Educação do município também culminou na Praça da República.

Existiram, entretanto, dois atos em horários diferentes, na medida em que a Apeoesp se atrasou, devido a "problemas" no carro de som. Ainda assim, a cidade teve suas ruas tomadas por trabalhadores. A manifestação repercutiu, mostrando a possibilidade de colocar milhares nas ruas, se houver disposição de fato de unificar o funcionalismo das três esferas em ações comuns.

Nos atos, tomaram a palavra sindicalistas e também deputados do PT, como Luciana Genro, que, ameaçada de expulsão por estar contra a reforma da Previdência, fechou o ato dizendo: "*Não vamos dar nosso voto para nenhuma medida que ataque os direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos. E acreditamos que é possível sim mudar esse caminho, com a luta e a mobilização de vocês*". ■

É POSSÍVEL CONSTRUIR A MOBILIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO CONTRA A REFORMA. PARA ISSO, É PRECISO COMBATER A POLÍTICA DA MAIORIA DA DIREÇÃO DA CUT E DE SETORES DA DIREÇÃO DO FUNCIONALISMO QUE DEFENDEM EMENDAS A REFORMA DO FMI E BLOQUEIAM A LUTA

ROGÉRIO MARZOLLA, da Fasubra

A manifestação do dia 15 de maio em São Paulo foi uma atividade vitoriosa, apesar dos percalços na unificação em um único ato das duas passeatas realizadas na cidade. Se tivessem se unificado, a repercussão da manifestação teria sido ainda maior. Isso demonstra a importância e a possibilidade de colocar centenas de milhares nas ruas – de norte a sul do país – se unirmos o funcionalismo das três esferas.

Já a paralisação dias 14 e 15 no funcionalismo federal foi desigual. Nos funcionários das universidades a adesão foi ampla. E também entre os professores foi forte.

Nos demais setores, entretanto, a paralisação foi mais fraca. No judiciário foi desigual. Na seguridade, apenas cinco estados encaminharam a paralisação. E, sobretudo nas bases que se encontram sob comando do Condsef (Confederação dos Servidores Públicos Federais) não houve paralisação, pois, ademais de possíveis desigualdades, a direção não encaminhou nenhuma ação no sentido de parar.

BLOQUEIO DAS DIREÇÕES

A base do funcionalismo está indignada. É possível construir a mobilização unificada das três esferas, que juntas envolvem 6 milhões de trabalhadores. È possível também construir uma ampla campanha junto à população contra a reforma.

Tem havido, entretanto, um bloqueio e um obstáculo crescente de partes consideráveis (majoritárias) das direções das entidades gerais do funcionalismo no sentido de construí-las.

Nas Plenárias nacionais, estes setores não têm coragem de se enfrentar com a indignação da base. Porém, não acatam e não encaminham para as bases de suas categorias, os indicativos que as Plenárias votam.

A ARMADILHA DAS "EMENDAS"

As entidades combativas do funcionalismo, bem como todas as Plenárias do setor exigem a retirada desse projeto de reforma do Congresso, ou sua rejeição global. Pois, a PEC 40/2003 é uma proposta de privatização, impossível de ser emendada.

A coluna vertebral da reforma está no fim da integralidade e da paridade nas aposentadorias do serviço público e regulamentação da previdência privada.

Inúmeros dirigentes petistas do funcionalismo, entretanto, com o aval agora da maioria da direção da CUT propõem "lutar" por emendas acerca da idade mínima e taxação dos aposentados(as), aceitando a essência da reforma.

Esse mesmo movimento vem sendo feito pelo Senador Paim e, agora, até por setores da própria esquerda do PT, como o deputado Ivan Valente que declarou ao jornal Folha de São Paulo que devemos "reformar a reforma".

Entrar nessa lógica de emendar para "melhorar" essa reforma do FMI, é entrar na lógica de aceitar a privatização. Não nos propusemos a reformar o PL-9, o rejeitamos globalmente. Não aceitamos reformar a reforma da CLT, a rejeitamos. Quem sempre atuou nessa lógica de negociar direitos foi a Força Sindical.

A lógica de negociar emendas, além de tudo, privilegia a negociação em detrimento da mobilização. O funcionalismo não deve e não tem porque cair nessa armadilha.

CONSTRUIR O CALENDÁRIO UNIFICADO DE LUTAS

No próximo dia 3, o funcionalismo deverá realizar a Plenária Nacional dos SPF e em seguida um ato no CONCUT.

No dia 11 de junho, teremos caravanas e um grande ato em Brasília. É dever de todas as entidades colocar o máximo de ônibus e levar o máximo de servidores para a capital neste dia. Devemos tomar Brasília contra a reforma, exigir que o governo retire esse projeto e pressionar os deputados para que votem contra o mesmo. Devemos avisar os deputados que, não titubearemos em colocar nos postes de todo o país um cartaz com os dizeres "coveiros do serviço público" com os rostos de quem votar nessa reforma.

Nosso calendário unificado de luta tem que seguir adiante, com atos e manifestações cada vez maiores, ampla campanha junto à população, até a construção da greve de todos os servidores. ■

SERVIDORES MUNICIPAIS VÃO À LUTA

Há uma frente entre o governo Lula, governadores e prefeitos em torno da reforma da previdência e do ajuste fiscal – com a "Lei de Responsabilidade Fiscal" -, para impor reajuste zero ou de 1% para todo o funcionalismo, desmontar seus planos de carreira e privatizar a Previdência Pública. A esse ataque, os servidores municipais estão respondendo com luta . No estado de São Paulo já são 5 cidades – administradas pelo PT - com lutas de funcionários.

A mobilização em nível de municípios e estados, porém, não se restringe a São Paulo, elas pipocam pelo país. Unir todas essas lutas é o caminho para vencer.

FOTO SERGIO KOEI

CAMPINAS (SP)

Greve na prefeitura

SÉRGIO DARWICH,
de Campinas (SP)

Os funcionários municipais de Campinas estão em greve desde o dia 14 de maio. Eles reivindicam reposição de 30% das perdas salariais, reajuste automático a cada 5% de inflação e protestam contra reforma de previdência de Lula. A prefeita Izalene Tiene (PT), propôs reajuste zero para os trabalhadores.

Nos piquetes no Paço, a Guarda Municipal, por ordem da Secretária Von Zuben e da Prefeita, agrediram sindicalistas e trabalhadores. Além dos espancamentos, a Guarda pôs em cárcere privado 14 sindicalistas e piqueteiros.

Dia 19, o governo marcou "negociação", na qual reafirmou o reajuste zero. A greve seguiu e se ampliou com passeatas, panelaços, abraços ao paço, piquetes em escolas, hospitais, e demais serviços. A própria Guarda Municipal aderiu à greve e o paço foi cercado por piqueteiros que impediram o acesso aos serviços.

A sede da prefeitura foi transferida para a estação FEPASA, na secretaria da Cultura ,que, junto com a da segurança, forja o bastião mais à direita da administração. O secretário de cultura, Walter Pomar, é apoiado por uma brigada de militantes da corrente *Articulação de Esquerda*, do PT, que, todos os dias, distribui panfletos atacando a greve, os piquetes, quando não tumultuam as assembléias com provocações e agressões.

DISCURSO DE ESQUERDA, POLÍTICA DE DIREITA

A política da prefeitura é de arrocho, desmonte e privatização do serviço público. Ela emprega trabalhadores nas terceirizadas, sem os direitos do funcionalismo e com salários de fome. Trabalhadores das empresas de limpeza, como a Faísca, têm jornada de 9 horas e salário de R$ 290,00. Na Multiprof, - cooperativa de araque do governo petista - o salário é de R$ 170,00 e as trabalhadoras doentes não podem faltar, pois não se aceita atestado médico. Teve funcionária obrigada a trabalhar com a perna engessada, pois, do contrário, teria descontos diários.

Diz a prefeita que faltam R$ 27 milhões para completar a folha de pagamento, o 13° e horas extras e que, para reajustar os salários em 20%, precisaria de R$ 116 milhões. Mas, R$ 100 milhões são gastos com pagamento de juros e parcelas da dívida.

Há dinheiro para pagar juros e dívidas feitas por ex-prefeitos ladrões, mas não há para os salários. O governo de Izalene-PT promete também aplicar a reforma da Previdência de Lula. Por isso, na greve de Campinas, circula com sucesso o adesivo BASTA, IZALENE, criado pelo **PSTU**.

A greve traz à tona a falência do município provocada pela política neoliberal. Izalene aplica a Lei da Responsabilidade Fiscal, que proíbe os reajustes e a geração de novos empregos via concursos públicos e redução da jornada.

Até há pouco tempo, o governo petista alegava que era obrigado a aplicar a LRF, por esta ser federal e o governo ser FHC. Mas deu Lula lá e Izalene e o PT continuam aplicando a Lei do FMI.

SÃO PAULO (SP)

Educação em pé de guerra

ROSE PALMIRO, do Simpeem

No último dia 15 de maio, cerca de 10 mil trabalhadores da Educação saíram às ruas em São Paulo. A data-base é em maio e o governo Marta não demonstra nenhuma intenção de atender as reivindicações. As perdas salariais neste governo já somam 21% .

A desconfiança e raiva contra o governo Marta é muito forte. Professores e funcionários são contra o projeto populista de distribuição de uniformes e kits escolares, ao "Vai e Volta" - que tem fachada assistencial, mas não corresponde às necessidades - e a construção dos escolões, CÉUS, proposta prioritária da Marta para a área. Haverá nova assembléia e ato dia 30, onde as outras entidades de servidores municipais também participarão.

Além de reivindicar 21% de reajuste, mais 10% de aumento real, os trabalhadores têm muita clareza da necessidade de derrotar a reforma da Previdência. Esta, ao acabar com a paridade e a integralidade, ataca não apenas a aposentadoria, mas também o plano de carreira. Essa reforma, em nível dos municípios, é a um só tempo uma contra-reforma previdenciária, administrativa e educacional, nos moldes do Banco Mundial. Por isso, vamos à Brasília no dia 11 de junho.

GUARULHOS (SP)

Polícia agride servidores

SIRLENE, de Guarulhos (SP)

Os servidores municipais foram recebidos no dia 12 de maio com gás de pimenta e cassetetes na Câmara Municipal. Eles reivindicam 48% de reposição por seis anos de perdas, e R$ 10 de vale-refeição.

O prefeito Elói Pieta (PT) não quis negociar com o Sindicato dos Trabalhadores que, para fazer assembléias nos locais de trabalho, teve de enfrentar a repressão. Na Guarda Municipal, por exemplo, os diretores foram impedidos de entrar. Sindicalistas ficaram na mira de armas de fogo - ordem do secretário de Segurança - e a liberação de diretores do sindicato que trabalham na Guarda foi suspensa.

Pietá não recebe o sindicato e enviou para a Câmara uma proposta de 1% de reajuste e R$ 60 de abono, o que causou indignação. No dia da votação, os trabalhadores foram para a Câmara. Lá, foram surpreendidos pela agressão da PM. Diz Sandra Esteves, diretora do Sindicato: "*O prefeito Elói Pietá mente quando diz que o abono é aumento. O prefeito não tem argumentos, por isso usa medidas que lembram práticas da ditadura. Colocou a polícia para calar os trabalhadores, mas nós não vamos nos calar*".

ARARAQUARA (SP)

Os servidores municipais entraram em greve no dia 20. Quando fechávamos esta edição, estavam parados trabalhadores da Educação e do DAE - Água e Esgoto. Mas outros setores começam a aderir, como os da Administração, Serviço Social e Saúde.

O prefeito ameaça reprimir. Os grevistas concentram-se todos os dias após os piquetes no Paço Municipal. Eles reivindicam 22% de aumento e R$ 50,00 no vale-alimentação. A proposta do prefeito foi R$ 40,00 de abono e R$ 20,00 no vale-alimentação, condicionada a aceitação do banco de horas.

MAIS DE UM MILHÃO SAEM ÀS RUAS NA FRANÇA

PROTESTOS reuniram todos os setores, como nas manifestações de 1995 em defesa da Previdência

No dia 13 de maio na França mais de um milhão de franceses foram as ruas em varias cidades do país contra a reforma da Previdência proposto pelo governo de Jacques Chirac. No dia 25 uma outra manifestação em Paris reuniu mais de 600 mil manifestantes, no entanto o governo se nega a recuar em sua reforma, que será votada em 28 de junho.

A resposta dos sindicatos foi a convocação de greves parciais nos transportes e na educação e anunciou para o dia 03 de junho uma greve geral dos servidores públicos.

O artigo que segue, informa sobre a greve do dia 13 e nos explica os pontos principais da contra-reforma.

TERESA E JEAN-LOUIS,
de Paris (França)

Com o projeto de contra-reforma do sistema de aposentadorias e, em seguida, da Seguridade Social, o governo de Chirac e do primeiro-ministro Raffarin lançou um ataque contra conquistas sociais que datam de 1945. É lógico que, nesse quadro, assistamos a um brusco assenso da luta de classes, já que a classe operária não está disposta a deixar-se despojar de conquistas que significaram uma melhora considerável em suas condições de vida. Retroceder sobre a questão das aposentadorias significaria que os trabalhadores deveriam preparar-se para renunciar à Seguridade Social.

Até 1993, todos os trabalhadores tinham que contribuir durante 37,5 anos para poderem aposentar-se com a idade de 60 anos, recebendo uma pensão de patamar máximo. O objetivo da contra-reforma é aumentar os anos de contribuição, elevar para além de 60 anos a idade legal de aposentadoria e rebaixar os valores das pensões. As finalidades são, por um lado, fazer com que a patronal economize seus "gastos" e, por outro, transformar o sistema de Previdência Social em um sistema de seguros privados.

Na França, os trabalhadores do setor privado contribuem para a Seguridade Social segundo o princípio da "repartição" ou solidariedade operária entre as gerações. As contribuições dos trabalhadores na ativa são imediatamente revertidas para os aposentados. Em 1993, o governo Balladur fez com que o tempo mínimo de contribuição passasse de 37,5 anos para 40 nesse setor.

Os trabalhadores do setor privado também contribuem para um Caixa Complementar, que é gerido em co-responsabilidade pela patronal e pelos sindicatos. Essas pensões complementares haviam sido rebaixadas em virtude de uma "reforma" estabelecida em 1996 pelo governo de Jupé (de direita). Por sua vez, de 1997 a 2002, o governo de Jospin (de esquerda) divulgou que, devido ao aumento da esperança de vida, muito em breve já não haveria trabalhadores na ativa suficientes para financiar os aposentados.

Graças a isso, Raffarin (de direita) pôde, por sua vez, afirmar a "desigualdade" existente entre os funcionários públicos (trabalhadores que contribuem "apenas" por 37,5 anos) e os do setor privado, pretendendo dizer que os primeiros são privilegiados. O que o governo omite cuidadosamente é que as aposentadorias dos funcionários públicos dependem do Estado. Portanto, os 40 anos de contribuição e as aposentadorias rebaixadas, impostas aos funcionários por essa contra-reforma, significarão enormes economias para o poder público.

MANIFESTANTE carrega nas costas cartaz pela greve geral

Apesar da contra-reforma não atingir, até agora, o conjunto dos trabalhadores, de fato todos os regimes de aposentadoria estão em perigo. O governo vem revelando paulatinamente que, uma vez efetivada a contra-reforma atual, o projeto consistirá em passar de 40 para 42 os anos de contribuição. Em seguida, o montante das pensões e a quantidade de anos de contribuição serão revisados em função da "evolução da esperança de vida". Isso significará passar a 43, 44, 45 anos o tempo de contribuição, com os valores das aposentadorias diminuindo e com um nível de vida cada vez mais baixo para os aposentados.

A FINALIDADE: OS FUNDOS DE PENSÃO

Os "Fundos de Pensão por Capitalização" são o objetivo estratégico da contra-reforma. Quer dizer: acabar com um sistema baseado na solidariedade operária entre as gerações em favor de um sistema individual, segundo o princípio dos seguros privados. Os mecanismos desses Fundos de Pensão são bem conhecidos. Trata-se simplesmente de captar o máximo de capital (os milhares de euros que até agora são contribuições sociais) para dirigi-lo à Bolsa de Valores e, assim, conseguir um instrumento "competitivo" frente aos fundos norte-americanos e britânicos.

O Partido Socialista, que defende há vários anos uma "reforma" do atual sistema de aposentadorias, difere somente em alguns detalhes dos projetos do governo Chirac-Raffarin. E nenhuma das moções apresentadas ao próximo congresso do PS se opõe à contra-reforma.

E AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS?

Claro, o governo conta com o apoio incondicional do sindicato patronal francês, o MEDEF. E, para maior eficácia nesses tempos de contra-reforma, o sindicato patronal tem uma proposta de negociação com o sindicatos de trabalhadores, a chamada "Refundação Social".

As principais federações sindicais dos trabalhadores se associaram a esta idéia e aceitaram negociar com o MEDEF as premissas da destruição do conjunto das conquistas sociais dos trabalhadores. Aceitando o quadro da "Refundação Social", os dirigentes sindicais estão abertos a toda a contra-reforma contanto que o governo mantenha as aparências, ainda que haja diferenças entre as três centrais sindicais francesas: CGT, CFDT e, sobretudo, CGT-FO.

Hoje em dia, entretanto, todas as direções têm sido obrigadas a chamar a greve e a se manifestar, já que o governo não está disposto sequer a fazer uma negociação "pró forme" e, sobretudo, devido à enorme pressão dos trabalhadores.

A GREVE GERAL NA ORDEM DO DIA

Em 1º de fevereiro, apesar das muitas dificuldades, milhares e milhares de trabalhadores se manifestaram contra o projeto Raffarin. Em 3 de abril, novo dia de greve e outras tantas manifestações. Veio logo a manifestação do 1º de Maio, cujo tema principal foi a defesa das aposentadorias e o rechaço à descentralização. Mais uma vez, várias passeatas se pronunciaram pela greve geral, especialmente entre os trabalhadores da educação nacional.

Enfim, mesmo sem convocar a greve geral, todas as confederações sindicais chamaram a uma greve em 13 de maio. Mas, como nas manifestações anteriores, a

PARISIENSE lê na estação paralisada pela greve

preparação e a mobilização, por parte das direções, não esteve à altura do acontecimento.

Nesse contexto, alguns setores da educação nacional já estavam há algum tempo em greve. Na verdade, em todos os setores os trabalhadores desejam generalizar as mobilizações para chegar à greve geral, em oposição aos movimentos parciais e atomizados. Era essa situação, este estado de espírito, que dominava entre os trabalhadores na véspera da manifestação de 13 de maio.

A JORNADA DE 13 DE MAIO

"Hoje estamos nas ruas, amanhã voltaremos!". Esta era uma das palavras-de-ordem das 117 manifestações organizadas em todo o país. Havia outras, como por exemplo: *"Trabalhadores públicos e privados, todos juntos"*; *"Capitalização não, repartição sim!"*. A participação foi massiva e até as cifras oficiais reconhecem mais de um milhão de manifestantes em todo o país. Os sindicatos anunciaram dois milhões em nível nacional e 250 mil em Paris. Todos os setores estavam representados: o setor público e o privado, velhos, adultos e jovens, ativos e aposentados; lembrando o chamado das manifestações de 1995: *"Todos juntos!"*.

No momento em que escrevemos essas linhas (o próprio dia 13 de maio), a quantidade exata de grevistas ainda não é conhecida, mas é estimado que pararam 90% dos trabalhadores em hospitais, 70% na educação nacional, 45% nos Correios e mais de 55% dos ferroviários e dos transportes públicos da região de Paris. Estas são as estatísticas reconhecidas pelos empresários (e estão, portanto, abaixo dos números reais).

Alguns setores, como ferroviários, já anunciaram que prolongarão a greve. O secretário-geral da CGT, Thibault, chamou o ministro "a abrir verdadeiras negociações". A um jornalista que lhe perguntou se sua organização dará continuidade às manifestações, o dirigente respondeu que as assembléias gerais de cada lugar de trabalho decidirão. O secretário-geral da CFDT (confederação de inspiração social-cristã, a segunda em importância na França), favorável às aposentadorias *"a la carte"*, se declarou "disposto a ir até o fundo para melhorar o projeto" do governo. A CGT-FO, federação com grande peso no setor público, ainda que favorável a "uma reforma", é a única realmente hostil ao projeto do governo. Entretanto, até agora, não chamou a greve geral.

Não à aposentadoria aos 70 anos

ESTE É O MOVIMENTO MAIS IMPORTANTE DESDE A GREVE GERAL DE 1995

Todos reconhecem que este é o movimento de greve e manifestação mais importante na França desde a grande greve geral de 1995. Além das reivindicações sobre as aposentadorias, o movimento tenderá de agora em diante a pleitear a questão do governo, questão que as direções sindicais ligadas à defunta "esquerda plural" não podem de jeito algum permitir que se reivindique.

À luz dos acontecimentos, podemos concluir que a jornada de 13 de maio impõe um chamado imediato à greve geral unida. ■

PERU

Onda de greves no Peru

Quando fechávamos esta edição, o Estado de Emergência havia sido decretado no país, em resposta a uma onda de protestos contra o presidente Toledo

YURI FUJITA, de São Paulo (SP)

O estopim da onda de protesto foi dado pela poderosa greve dos professores que foi seguida por greves na saúde e no Judiciário e por uma onda de protestos dos camponeses que passaram a bloquear as estradas.

Após ter sido eleito com um apoio massivo do povo peruano, depois de uma onda de mobilizações populares que derrubou o ditador Alberto Fujimori, Toledo alentou a esperança de mudar a situação do país depois de quase uma década de aplicação dos planos neoliberais. No entanto, o governo segue aplicando os planos de FMI.

No ano passado a cidade de Arequipa já foi palco de uma greve geral contra a privatização da empresa de energia local que se estendeu por toda região e obrigou Toledo a recuar, parcialmente, no projeto de privatização.

"O MENTIROSO VAI CAIR!"

Desde o dia 12 de maio cerca de 280 mil professores peruanos da rede pública estão em greve por aumento de salários. Segundo o governo uma família necessita para viver de 2.000 soles (moeda peruana). No entanto, os professores recebem a miserável quantia de 625 soles (menos de U$ 200), isso depois de quase 12 anos sem reajuste.

E, para aumentar a raiva dos professores, Toledo aumentou seu próprio salário, passando a receber 18 mil dólares e enviou ao Congresso uma lei de privatização da Educação. Indignados, os professores resistem há 17 dias com uma poderosíssima greve nacional que conta com o apoio majoritário de estudantes e suas famílias.

Toledo segue aprofundando os ajustes exigidos pelo FMI e dedica hoje pelo menos 28% do orçamento para pagamento de juros da dívida externa, enquanto a Educação Pública recebe os míseros 2,9%. O aprofundamento da miséria do povo levou a que o índice de rejeição do governo chegue a 92%, e nas ruas os professores cantam: *"vai cair, vai cair, o mentiroso vai cair!"*.

Aproveitando a greve dos professores entra em cena o movimento nacional de agricultores no último dia 26 de maio. Cerca de 1 milhão e quinhentos mil camponeses se somaram aos professores exigindo medidas de emergência para setor, destruído por uma década de importações de alimentos e a retirada de um projeto de lei que restringe a utilização da água por parte dos agricultores.

O efeito dominó seguiu com a greve por tempo indeterminado de 37 mil trabalhadores do setor da Saúde e o setor administrativo do Poder Judicial. Com o movimento radicalizado e massivo, o que se ouve nas ruas é *"Escuta, Toledo, com marchas te elegemos, com marchas te tiramos!"*, a resposta do governo foi o Estado de Emergência e uma forte repressão contra os trabalhadores e camponeses.

PROFESSOR PERUANO chuta bomba de gás lacrimogêneo em direção aos policiais de Cuzco, nos violentos protestos durante a reunião do Grupo do Rio

'O MAPA DA ESTRADA': A NOVA PROPOSTA IMPERIALISTA PARA A PALESTINA

A PROPOSTA IMPERIALISTA PARA A PAZ ENTRE O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL E O NOVO GOVERNO DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA (ANP) VISA ESTABELECER UMA NOVA ORDEM PARA CONSOLIDAR SEUS INTERESSES NA REGIÃO JUNTO AOS INTERESSES DO SIONISMO

RAED EL ARABI,
da União da Juventude Árabe para América Latina (UJAAL)

Em 1991, os governos capitalistas inspirados pela política do Estado Sionista de Israel, que protege seus interesses no mundo árabe, conseguiram reunir sionistas e representantes palestinos da Organização para Libertação da Palestina (OLP), em Oslo, para negociar um acordo de paz.

Neste acordo ficou estabelecida a criação de um Estado Autônomo Palestino governado pela ANP, sob o controle do governo de Israel. A OLP aceitava um controle limitado de uma pequena parte de seu território – Gaza e Cisjordânia – em troca do reconhecimento do Estado Sionista de Israel sobre seu solo pátrio.

Para os sionistas, a "paz" significa somente uma trégua da luta palestina pela retomada de suas terras. Tal como ocorreu em 1948, quando os exércitos árabes entraram na Palestina para derrotar o recém-criado Estado artificial de Israel e conseguiram chegar até Tel Aviv, mas acabaram aceitando o pedido de trégua dos sionistas.

Esta "trégua" durou três semanas, permitindo a reorganização sionista e a vinda de grande volume de armamentos dos países europeus e da Rússia stalinista, levando à derrota histórica dos exércitos árabes.

Agora, uma vez mais o "invencível" exército sionista, que não consegue parar a resistência do povo palestino, busca um "acordo", uma nova trégua com objetivo de deter a resistência palestina.

O que querem é o fortalecimento político, econômico e militar de Israel para reiniciar sua ofensiva contra o povo palestino. Com este acordo, a OLP repete o erro histórico dos governantes árabes de 1948, que permitiu o massacre do povo palestino.

A NOVA PROPOSTA

Depois das ocupações do Afeganistão e do Iraque fica clara a determinação imperialista de controlar diretamente o petróleo e remodelar o mapa do Oriente Médio. O objetivo do "plano de paz" é paralisar a heróica Intifada , que representa a mais alta expressão de luta do povo palestino e árabe, e uma fonte de inspiração para todos os revolucionários do mundo.

A Intifada ameaça a estabilidade na região, os interesses imperialistas e a própria existência do Estado de Israel. A estabilidade dos governantes árabes traidores também depende do fim da Intifada, pois esta extrapola as fronteiras da Palestina, expandindo-se para os países vizinhos e promovendo um avanço histórico na luta dos movimentos populares e revolucionários árabes.

Perante estes novos e importantes acontecimentos, o imperialismo determinou um necessário acordo de paz na região ("Road Map", ou "Mapa da Estrada") que não é outra coisa que a recolonização do mundo árabe. A proposta exige o fim da Intifada e o levantamento dos assentamentos instalados na gestão de Sharon.

A proposta foi apresentada ao novo primeiro-ministro do "governo" da ANP, Abu Mazen, e aceita na totalidade. Nenhum de seus pontos foi contestado. No entanto, o fascista Sharon, mesmo se dispondo a retomar as negociações, rechaçou vários pontos. Para Sharon, a trégua histórica serviria para derrotar a Intifada e retomar o plano sionista de ampliar suas fronteiras.

Entre os fracassado Acordo de Oslo e "O Mapa da Estrada" não há nenhuma diferença de conteúdo. Ambas querem deter a resistência palestina que significou 55 anos de luta permanente que não foi detida pelos primeiros acordos de paz, apesar de várias intervenções diplomáticas dos governos capitalistas.

Agora colocaram no governo da ANP os opositores da Intifada. O plano divide tarefas entre o imperialismo e Abu Mazen e Yasser Arafat. O primeiro atuará politicamente negociando com o inimigo sionista e o segundo, como chefe da segurança, facilitando as intervenções do exército sionista em Gaza e Cisjordânia para eliminar os líderes da Intifada como primeiro passo para a sua destruição.

Quem terá que dar o primeiro passo para a implantação da nova proposta?

A resposta é difícil. Os sionistas não podem renunciar aos assentamentos construídos depois de Oslo sob pena de criar conflitos dentro do Estado Sionista. O recém-formado governo da ANP, que ainda está em processo de prova, tem grandes problemas: Abu Mazen sabe muito bem que o povo palestino não vê solução na paz com o inimigo e, por isso, apoia a Intifada.

O velho Yasser Arafat cumpriu com a tarefa imposta e aceitou assumir a responsabilidade do fracasso dos acordos de Oslo. Talvez nos próximos meses veremos Abu Mazen ocupando o mesmo lugar do Arafat após o inevitável fracasso na sua tarefa. ■

O 'Mapa da Estrada'

Ou seria "A Estrada do Mapa"? A nova proposta imperialista para a "paz" está apresentada desta vez com um título muito claro e simples. Para não confundir as idéias de quem não consegue enxergar até o momento os massacres, a fome e a miséria cometidos pelo sistema capitalista ao longo da história da humanidade e que ainda crê na paz - de um ponto de vista imperialista - como solução.

Realmente, a proposta significa o caminho para remodelar o mapa do Oriente Médio. Parte do plano expansionista do sionismo na região, que tem por objetivo ampliar as fronteira para estender seu domínio desde o Nilo, no Egito, até o rio Eufrates, no Iraque. Desde os acordos de Camp David em 1978, o inimigo sionista ainda não aprendeu que a resistência do povo palestino não cessará. E que a luta continuará pela libertação de todo o território ocupado da Palestina.

Nem Abu Mazen, nem Bush, nem Sharon conseguiram compreender que a Intifada é apenas uma forma da luta histórica do povo palestino.